



REVISÃO DO PDM DE TOMAR

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Resumo Não Técnico

Outubro de 2019

EQUIPA:

- **Coordenação Geral:** Professor José Álvaro Antunes Ferreira

- **Equipa técnica:** Professora Isabel Loupa Ramos
Dr. Bruno Epifânio

ÍNDICE

1. Resumo Não Técnico	1
2. Plano Diretor Municipal de Tomar	1
3. Avaliação Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica	2
4. Relatório Ambiental e Declaração Ambiental	3
5. Avaliação da Avaliação Ambiental Estratégica.....	3
6. Fatores Críticos para a Decisão do PDM de Tomar	5
7. Políticas Orientadoras e Planos e Programas Relevantes	6
8. Principais Tendências e Problemas Ambientais Relevantes para a Avaliação Ambiental do Plano.....	7
9. Principais Oportunidades e Riscos para um Desenvolvimento Sustentável a Longo Prazo Decorrentes do PDM de Tomar	8
10. Diretrizes de Planeamento e Principais Agentes no Sucesso da Implementação do Plano .	11
11. Principais Diretrizes e Indicadores de Monitorização	16
12. Conclusão sobre o Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do PDM de Tomar	20

ACRÓNIMOS

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AVT	Área de Vocação Turística
CMT	Câmara Municipal de Tomar
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
ERPVA	Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IPT	Instituto Politécnico de Tomar
NDT	Núcleos de Desenvolvimento Turístico
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMT	Plano Diretor Municipal de Tomar
PIB	Produto Interno Bruto
PP	Planos de Pormenor
PROT-OVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RNT	Resumo Não Técnico
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
ZTI	Zonas Turística de Interesse

1. RESUMO NÃO TÉCNICO

O presente Resumo Não Técnico (RNT) é um documento que integra o Relatório Ambiental (RA) da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Tomar, do qual faz parte integrante de acordo com o referido na alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, e com o disposto no artigo 85º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes no RA, e pretende informar adequadamente todos os que têm direito e querem participar. Quem pretender aprofundar alguns aspetos relativos à integração e avaliação das questões ambientais e de sustentabilidade no Plano Diretor Municipal de Tomar (PDMT) poderá consultar o RA, disponível durante o período de consulta pública.

2. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR

O PDM de Tomar é um instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, e as demais políticas com expansão territorial, integrando e articulando as orientações estabelecidas por outras políticas, planos e programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal. O PDM estabelece o modelo de organização espacial do território municipal sendo o instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais de ordenamento do território e para o estabelecimento de programas de ação territorial. O PDM é elaborado pela Câmara Municipal de Tomar (CMT) e é revisto de dez em dez anos.

3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL E AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A revisão do PDM de Tomar encontra-se sujeita a um processo de Avaliação Ambiental (AA), de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), com o objetivo de apoiar o processo de decisão subjacente à revisão do PDM de Tomar, ao identificar, descrever e avaliar os seus efeitos ambientais, de forma a determinar as oportunidades e riscos que o Plano apresenta para um desenvolvimento sustentável do concelho. A CMT é legalmente responsável pela elaboração da AA, pela definição do seu âmbito, e pela produção da Declaração Ambiental que é entregue à Agência Portuguesa do Ambiente após aprovação do Plano.

A AA do PDM de Tomar seguiu uma abordagem de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) desenvolvida por Partidário¹, segundo a qual a avaliação é conduzida em simultâneo com a revisão do PDMT, considera opções estratégicas para avaliação, considera um contexto de sustentabilidade, e aponta a atenção para aspetos essenciais relevantes que evitam descrições demasiado detalhadas em relação à escala do Plano. A AAE avalia as oportunidades e os riscos, para o ambiente e para a sustentabilidade do concelho de Tomar, que poderão decorrer da implementação do PDM. Para esse efeito, a AAE identifica Fatores Críticos para a Decisão (FCD) – temas estrategicamente relevantes que na prática correspondem a janelas de observação do território – segundo os quais serão analisados e avaliados os aspetos que são importantes e relevantes para o concelho de Tomar, em termos ambientais e de sustentabilidade.

A AAE tem em consideração as tendências dominantes relativamente aos temas considerados nos FCD, bem como as principais políticas ambientais e de sustentabilidade que devem servir de orientação para o desenvolvimento do Plano e de referenciação para a avaliação. Desta forma, avalia-se a estratégia global de desenvolvimento municipal do Plano do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade. Em fase de avaliação são identificados os principais riscos e oportunidades para o desenvolvimento sustentável decorrentes das escolhas estratégicas realizadas, que possam resultar do Plano, e traçadas diretrizes de planeamento, gestão e controlo (monitorização) bem como um quadro de governança (responsabilidades institucionais) que devem acompanhar a implementação do Plano, e suas revisões, garantindo que os potenciais riscos são reduzidos ou evitados e que as oportunidades que possam resultar do PDM de concretizem.

¹ Partidário, M.R. (2007). “Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas”, Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente.

4. RELATÓRIO AMBIENTAL E DECLARAÇÃO AMBIENTAL

O Relatório Ambiental (RA) é um documento que apresenta as principais análises e conclusões do processo de AAE decorrido ao longo da revisão do Plano, integrando a análise de tendências, a avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas e do modelo territorial e as bases de um programa de seguimento da implementação do Plano. O RA, incluindo o RNT, são instrumentos fundamentais para efeito de discussão pública do Plano.

Na AAE a participação das entidades e do público interessado é fundamental, já que as suas perspetivas e contributos podem ser muito relevantes para a decisão sobre o Plano. Os resultados que advêm deste processo são ponderados na versão final do Plano, que é depois sujeito a aprovação pela Assembleia Municipal.

Após a aprovação do Plano é emitida uma Declaração Ambiental, cujo conteúdo encontra-se estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Este documento público sintetiza as informações mais relevantes do processo de AAE, a forma como foram incorporadas no Plano as recomendações da avaliação, as medidas de monitorização a implementar e os contributos das participações institucional e pública.

5. AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O objetivo de avaliação da AAE, ou seja, o que a AAE avaliou no que diz respeito aos efeitos ambientais do PDM de Tomar, foi a estratégia de desenvolvimento definida pelo PDM, bem como a sua tradução em medidas concretas de ordenamento do concelho, através do modelo territorial (conjunto das regras, orientações, programas e políticas para a ocupação e uso do solo no concelho).

Partidário (2007) sugere que a AAE deve acompanhar a elaboração do Plano desde o seu início, por forma a influenciar todo o processo de tomada de decisão. Assim, a AAE ajuda a explicitar as principais áreas de política que estruturam a estratégia de desenvolvimento concelho, apresentadas na Figura 1.

1. Dinamização económica

- Dinamização do destino turístico TOMAR;
- Captação de novos investimentos articulados com o Instituto Politécnico de Tomar;
- Melhoria da atratividade para instalação de empresas;
- Desenvolvimento do apoio social;
- Dinamização das atividades culturais.

2. Estruturação da mobilidade

- Definição de uma hierarquia rodoviária que evidencie a estrutura das áreas urbanas e clarifique o sistema de acessibilidades;
- Garantia de ligações adequadas do concelho de Tomar e da cidade à rede rodoviária supramunicipal;
- Consolidação da estrutura rodoviária rádio-concêntrica do concelho;
- Melhoria das condições de acesso à albufeira de Castelo de Bode;
- Melhoria das condições de mobilidade da população.

3. Estruturação do espaço urbano e do espaço rústico

- Revitalização do centro histórico da cidade de Tomar e de outros aglomerados;
- Consolidação da cidade de Tomar e qualificação da coroa periurbana da cidade;
- Consolidação dos restantes aglomerados;
- Controle da dispersão da edificação em espaço rural.

4. Valorização ambiental e da paisagem

- Resolução de situações de disfunção ambiental;
- Valorização do património natural e construído;
- Qualificação da paisagem.

Figura 1. Linhas de orientação estratégicas e objetivos estratégicos

Para cada área foram traçadas opções estratégicas – ou seja, os caminhos possíveis para atingir os objetivos do PDM de Tomar. A AAE avaliou estas opções e também a forma como estas se materializaram no modelo territorial.

6. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PDM DE TOMAR

Os FCD refletem os temas estruturantes da AAE, correspondendo aos fatores fundamentais a serem considerados no processo de decisão, na conceção das opções estratégicas do Plano e das ações que as implementam. Servem para focar a atenção sobre o que é realmente importante para o desenvolvimento territorial de Tomar, permitindo avaliar como a estratégia do PDM dá resposta a esses temas críticos.

Em conjunto com a CM e com outras entidades relevantes, identificaram-se os cinco FCD e respetivos objetivos que se a seguir se apresentam:

- **FCD#1: IDENTIDADE TERRITORIAL** – Considerar a afirmação e valorização local, a identificação do concelho com o seu legado histórico e cultural único, e ainda a forma como integra e valoriza o espaço rural;
- **FCD#2: VALORIZAÇÃO AMBIENTAL** – Considerar os aspetos de integridade da qualidade física do ambiente e prevenção de riscos tecnológicos e a forma como os recursos naturais contribuem para a valorização do território;
- **FCD#3: RECURSOS HÍDRICOS** – Considerar os recursos hídricos em relação à vulnerabilidade do concelho às alterações climáticas, inclui a rede hidrográfica como elemento de estruturação ecológica unificadora dos diversos sistemas naturais em presença no território, assim como da sua ligação sistémica e interação com o espaço edificado;
- **FCD#4: CAPITAL HUMANO** – Considerar a dimensão do capital humano e social do município, de que forma é valorizada, requalificada e integrada profissionalmente, contribuindo para o fortalecimento social do município, incluindo os aspetos da saúde, bem como a dinâmica empresarial no âmbito da vocação tecnológica e industrial do município;
- **FCD#5: MOBILIDADE E ENERGIA** – Considerar as vantagens locativas de competição estratégica em termos de centralidade e de eficiência energética, com impacto direto na atratividade económica e na estruturação do povoamento, provimento de um sistema de transportes e energético sustentável, bem como o contributo municipal para as políticas internacionais e nacionais de combate às alterações climáticas.

7. POLÍTICAS ORIENTADORAS E PLANOS E PROGRAMAS RELEVANTES

Foram identificados e analisados os principais instrumentos de ordenamento do território, de âmbito europeu, nacional e regional, que enquadram estrategicamente o PDM Tomar, e para o qual estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade (Quadro 1).

Quadro 1. Quadro de Referência Estratégico

Âmbito	Documento de Referência Estratégica
Nacional	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável Estratégia Nacional para a Energia 2020 Estratégia Nacional para as Florestas Estratégia Nacional para o Ar 2020 Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2018-2025 Quadro Estratégico Comum Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 Plano Estratégico de Resíduos Industriais Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2014-2020 Plano Nacional da Água Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais Plano Nacional de Reformas Plano Sectorial da Rede Natura 2000 Plano Rodoviário Nacional Plano Tecnológico Portugal Logístico Programa de Desenvolvimento Rural do Continente Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020-2030 Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água Turismo 2020
Regional	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo Programa Operacional Regional do Centro 2020 Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul
Local	Plano Estratégico da Cidade de Tomar Programa Integrado de Valorização Urbana de Tomar

8. PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PROBLEMAS AMBIENTAIS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO

As tendências relevantes observadas no passado, que se pode assumir que se manterão no futuro se nada for feito, são apresentadas, por FCD, na Figura 2.



Figura 2. Principais tendências e problemas ambientais por FCD

9. PRINCIPAIS OPORTUNIDADES E RISCOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A LONGO PRAZO DECORRENTES DO PDM DE TOMAR

As **principais oportunidades** a longo prazo que podem resultar do PDM de Tomar são, para cada FCD:

FCD#1: Identidade Territorial:

- Valorização e salvaguarda do património histórico-cultural;
- Preservação e valorização do património natural e cultural adotando uma abordagem integrada;
- Promoção da dinamização económica do espaço rural e valorização do potencial endógeno das comunidades rurais;
- Ocupação de fogos vagos existentes;
- Afirmação de uma rede urbana atrativa e diversificada, cuidando da qualidade de vida nos polos de menor dimensão e mais baixa densidade;
- Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto, racional e qualificado, explorando as economias de aglomeração;
- Aumento da área dedicada aos sistemas agroflorestais e gestão de forma sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais.

FCD#2: Valorização Ambiental:

- Estruturação da rede de valores culturais e naturais mobilizáveis para o turismo;
- Valorização dos recursos naturais através da implementação dos corredores ecológicos garantindo a sua continuidade no espaço urbano e rural;
- Libertação de espaço conduzindo ao incremento da Estrutura Ecológica Municipal (EEM);
- Fomento do aumento do conforto bioclimático, a melhoria da qualidade do ar e ruído e a proteção da integridade física dos solos.

FCD#3: Recursos Hídricos:

- Maior eficiência das infraestruturas de saneamento com reflexos nos focos de poluição difusa provocada pelas águas residuais;
- Evitar a ocupação de zonas de risco na articulação entre o planeamento do uso de solo e o planeamento da rede rodoviária;
- Evitar a ocupação de zonas de risco na consolidação dos aglomerados;
- Valorização das atividades locais que estejam ligadas aos recursos hídricos;
- Valorização dos recursos hídricos.

FCD#4: Capital Humano:

- Aumento do nível de qualificação humana e valorização profissional em função das exigências das empresas locais;
- Promover a oferta de proximidade dos equipamentos de ensino e a sua modernização
- Melhoria da mobilidade intraconcelhia e interconcelhia na criação de condições de atratividade empresarial;
- Promover o desenvolvimento de novos produtos no mercado configurando vantagens na localização das empresas;
- Promoção da segurança da população e melhoria da saúde pública;
- Redução da dependência da cidade relativamente ao acesso aos equipamentos;
- Acesso equitativo aos vários equipamentos de saúde e de acordo com as necessidades de deslocação da população.

FCD#5: Mobilidade e Energia:

- Melhoria das condições de mobilidade interna;
- Minimização dos congestionamentos nos centros urbanos, em particular os associados ao tráfego de pesados;
- Redução das necessidades de deslocação da população;
- Potenciamento das condições de mobilidade suave em meio urbano, em particular as redes pedonais e de ciclovias;
- Manutenção da capacidade de sequestro de carbono do concelho.

Os **principais riscos** a longo prazo são, para cada FCD:

FCD#1: Identidade Territorial:

- Desarticulação de políticas;
- Degradação de espaços potenciais de vivência urbana;
- Desestruturação dos espaços urbanos e perda de legibilidade dos mesmos;
- Risco de fragmentação dos espaços rurais provocada pelas novas infraestruturas rodoviárias;
- Risco de desordenamento dos espaços rurais e de implantação discricionária, com efeito ao nível do desenvolvimento sustentável do território.

FCD#2: Valorização Ambiental:

- Aumento de deslocações e contribuindo para o aumento das emissões e afetação da qualidade do ar e do ruído;
- Permanência do passivo ambiental contribuindo para a continuidade da contaminação ambiental;
- Ausência de promoção da integridade da qualidade física do ambiente, da degradação da qualidade ambiental e fragmentação dos recursos naturais;
- Ausência de medidas que visem reduzir a produção de resíduos e o consumo de materiais bem como libertar progressivamente o espaço público afeto a pontos de recolha de resíduos e tornar mais eficaz a recolha seletiva.

FCD#3: Recursos Hídricos:

- Perda de oportunidade de resolver de uma forma global as questões de contaminação difusa que afetam o concelho;
- Não incorporação da qualidade dos recursos hídricos na delimitação das Áreas de Vocação Turística (AVT), Zonas Turísticas de Interesse (ZTI) e projetos para os Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT);
- Não incorporação da minimização da ocupação de zonas de risco delimitação das AVT, ZTI e projetos para os NDT;
- Descurar as áreas edificadas em zonas de risco;
- Não acautelamento dos efeitos das alterações climáticas nos riscos de cheia.

FCD#4: Capital Humano:

- Desvalorização da dinamização das atividades culturais;
- Desvalorização do potencial dos recursos concelhios para o turismo de saúde;
- Degradação das condições de qualidade ambiental pela dispersão de áreas empresariais afetando a saúde humana.

FCD#5: Mobilidade e Energia:

- Recurso ao transporte individual;
- Aumento do consumo energético em alguns setores;
- Aumento do consumo de energia de fontes não renováveis;
- Desvalorização dos recursos energéticos endógenos.

10. DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E PRINCIPAIS AGENTES NO SUCESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

As principais diretrizes de planeamento apresentadas no âmbito da AAE visam identificar um conjunto de medidas e ações a desenvolver de forma a assegurar um bom desempenho ambiental da revisão do PDM, de acordo com os objetivos de sustentabilidade definidos, reduzindo assim os potenciais efeitos adversos no ambiente.

Para concretizar as oportunidades e reduzir ou evitar os riscos destacam-se as seguintes diretrizes de planeamento e gestão, por FCD:

FCD#1: Identidade Territorial:

Para concretizar oportunidades

- Assegurar a preservação e salvaguarda do património histórico-cultural;
- Garantir a implementação dos percursos turísticos de forma a valorizar os recursos culturais e naturais de uma forma integrada;
- Assegurar o incentivo e promoção do turismo em espaço rural;
- Realizar o apoio de modo priorizado, de forma a atender à ocupação de fogos vagos existentes;
- Reforçar o papel dos equipamentos e serviços como elemento de estruturação e valorização em urbana;
- Assegurar níveis de desempenho dos transportes coletivos eficientes de modo a tornar os transportes coletivos numa alternativa viável face aos transportes individuais;
- Garantir a interdição da construção fora dos perímetros urbanos;
- Assegurar o alargamento das áreas sujeitas a modos de produção ambientalmente sustentáveis;
- Garantir a implementação apenas de indústrias ligadas à exploração agro-florestal em solo rústico;

Para reduzir ou evitar riscos

- Assegurar a articulação do Plano com as políticas de Habitação;
- Promover a qualificação do espaço público como elemento de valorização dos aglomerados (atratividade, mobilidade, vivência);
- Valorizar a qualificação do espaço público como elemento de estruturação dos aglomerados inseridos em lógica urbana;
- Assegurar a prioridade às soluções de mobilidade sustentável para o concelho, sobretudo em áreas rurais, criando incentivos e parcerias que garantam a sua implementação em detrimento do uso do transporte individual;

- Assegurar a minimização dos impactes territoriais da implantação de novas infraestruturas rodoviárias;
- Evitar a proliferação de iniciativas turísticas em meio rural sem garantia de viabilidade económica e ambiental.

FCD#2: Valorização Ambiental:

Para concretizar oportunidades

- Promover uma abordagem em rede dos valores culturais e naturais do concelho.
- Assegurar a implementação da EEM bem como a sua articulação com a rede ecológica supramunicipal (Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental - ERPVA);
- Assegurar a restrições à edificação fora e privilegiar a construção em espaços disponíveis dos perímetros urbanos;
- Assegurar que a expansão da rede viária tem em conta critérios de qualidade ambiental e integração paisagística na envolvente;
- Assegurar a reconversão dos espaços industriais devolutos;
- Conter e reduzir os níveis de exposição da população ao ruído ambiente exterior;

Para reduzir ou evitar riscos

- Definir critérios de sustentabilidade para a localização dos NDT e atividades económicas tendo em conta aspetos de inserção paisagística e qualidade ambiental;
- Demolição das áreas industriais desativadas cuja reconversão não é viável de modo a restabelecer o equilíbrio dos ecossistemas e potenciar os serviços aí existentes;
- Definir regras para a qualificação ambiental de novas zonas industriais;
- Promover a redução do consumo e o aumento das taxas de reutilização e reciclagem de materiais;
- Assegurar a correta implementação dos sistemas de recolha seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

FCD#3: Recursos Hídricos:

Para concretizar oportunidades

- Assegurar que a edificação se processa em função dos limites propostos para os aglomerados;
- Assegurar que todos os fogos são ligados a redes coletivas ou individuais, mas controladas, de saneamento;
- Reforçar a articulação entre o planeamento do uso de solo e as propostas para a rede viária;
- Assegurar que as áreas a edificar não se localizam em zonas vulneráveis ao risco;

- Promover o desenvolvimento das atividades que explorem os RH de uma forma sustentável;
- Valorizar o papel dos recursos hídricos como fonte de benefícios socioeconómicos;

Para reduzir ou evitar riscos

- Desenvolver uma abordagem integrada às questões que afetam os recursos hídricos abrangendo as diversas fontes de contaminação e seus reflexos nas atividades económicas;
- Garantir a adoção de soluções adequadas para o saneamento, nos critérios para o processo de avaliação e seleção de projetos a desenvolver para os NDT;
- Garantir que nos NDT são adotadas medidas de adaptação às alterações climáticas e evitada a ocupação em leito de cheia, garantindo igualmente elevados índices de permeabilidade;
- Garantir que nos processos de urbanização e instalação de atividades é evitada a ocupação em leito de cheia, garantindo igualmente elevados índices de permeabilidade;
- Acautelar os efeitos das alterações climáticas nos ciclos hidrológicos definindo medidas integradas para a minimização do risco de cheia.

FCD#4: Capital Humano:

Para concretizar oportunidades

- Promover o desenvolvimento de programas de valorização profissional em articulação com diferentes sectores (ex. Turismo, Cultura) e o Instituto Politécnico de Tomar, que promovam o emprego local;
- Assegurar níveis de acolhimento dos equipamentos de ensino relacionados com a procura por parte da população;
- Potenciar a articulação entre diferentes meios de transporte e a acessibilidade às diferentes áreas empresariais e logísticas;
- Assegurar a criação das condições de atratividade para as diferentes empresas na área comercial, em articulação com as novas polaridades;
- Assegurar que o aumento do número de empresas presentes nas áreas de localização empresarial se reflete em novas oportunidades de emprego local;
- Promover a resolução de situações de disfunção ambiental (e.g. passivo ambiental, contaminação, riscos naturais);
- Assegurar a adequação da rede de equipamentos à estrutura de povoamento;
- Assegurar a articulação entre a programação dos equipamentos de saúde e as políticas de acessibilidade e mobilidade;

Para reduzir ou evitar riscos

- Promover a valorização da formação profissional como forma de dinamização das atividades culturais como vetor de afirmação turística;
- Promover a valorização dos recursos com potencial para exploração do nicho “Turismo de saúde”;
- Assegurar a integração de preocupações com a qualidade ambiental paralelamente à instalação de empresas e minimizando os seus impactes.

FCD#5: Mobilidade e Energia:

Para concretizar oportunidades

- Adotar uma política municipal de mobilidade sustentável;
- Assegurar o ajustamento da política municipal de transportes em função das carências detetadas;
- Assegurar a inserção da rede de transportes coletivos nos aglomerados;
- Reforçar o papel dos Equipamentos e do transporte coletivo na estruturação do povoamento e na reabilitação urbana;
- Valorizar a os corredores ribeirinhos e outros elementos da EEM como estruturantes da mobilidade suave;
- Promover o desenvolvimento das atividades que explorem os recursos de uma forma sustentável especialmente na fileira florestal, e que aumentem a capacidade de sequestro do carbono;

Para reduzir ou evitar riscos

- Assegurar o ajustamento dos níveis de serviço de transportes coletivos sempre que se verifiquem expansões da rede viária ou novos polos de atração;
- Promover soluções de mobilidade adaptadas às necessidades de deslocação da população (e. g. mobilidade suave, transporte coletivo em sítio próprio);
- Fomentar a utilização da rede de transportes coletivos como elemento estruturante no planeamento e gestão do uso do solo;
- Assegurar a articulação com outros instrumentos (e. g. planos de mobilidade);
- Promover a adoção de critérios de eficiência energética no sector público e nas atividades do sector privado;
- Promover a adoção de critérios de aproveitamento de fontes de energia renovável no sector público e nas atividades do sector privado;
- Estimular a I&D e fomentar a atratividade das empresas no domínio das fontes de energia renovável;
- Promover a valorização energética da biomassa florestal e agrícola.

Os principais agentes no sucesso da implementação do PDM de Tomar e na garantia de uma implementação sustentável do Plano, são os intervenientes diretos no território do concelho mas também a Administração Central, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto da Conservação da Natureza, a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Instituto da Mobilidade e dos Transportes e os operadores de transportes, a Autoridade Nacional da Aviação Civil, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Direção Geral do Território, a Direção Geral de Energia e Geologia, a Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, a Direção Regional de Cultura, Turismo Centro de Portugal, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, as várias entidades com responsabilidades específicas de monitorização e também a sociedade civil, as Organizações não Governamentais, o setor privado e, acima de tudo, a população em geral cujo envolvimento ativo nos processos de tomada de decisão é essencial para garantir um desenvolvimento sustentável no concelho de Tomar.

11. PRINCIPAIS DIRETRIZES E INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO

As principais diretrizes e indicadores de monitorização propostos pela AAE para cada FCD são apresentados no quadro seguinte (Quadro 2).

Quadro 2. Principais diretrizes e indicadores de monitorização

FCD#1: Identidade Territorial	
Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a implementação dos percursos turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de rotas turísticas implementadas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar as iniciativas realizadas no âmbito da identidade cultural do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despesas municipais em atividades culturais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a concretização da carta do património do concelho bem como a valorização e salvaguarda do património existente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de áreas com interesse patrimonial em bom estado de conservação
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar o apoio de modo priorizado, de forma a atender à ocupação de fogos vagos existentes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de apoios à aquisição e arrendamento para ocupação de fogos vagos existentes ▪ Nº de apoios à aquisição e arrendamento para ocupação de novos fogos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar o papel dos equipamentos e serviços como elemento de estruturação e valorização urbana 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de cobertura de equipamentos e serviços por referência territorial
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar níveis de desempenho dos transportes coletivos eficientes de modo a tornar os transportes coletivos numa alternativa viável face aos transportes individuais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de ocupação dos transportes coletivos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a interdição da construção fora dos perímetros urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área com alteração e em vias de alteração de uso do solo e compatibilidade da ocupação nas novas localizações ▪ Densidade de ocupação fora dos perímetros urbanos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a implementação de políticas de Habitação integradas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de alojamentos não clássicos ▪ Nº de edifícios reabilitados
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a concertação intermunicipal na definição dos usos do solo e das respetivas regras de ocupação no território confinante com os concelhos contíguos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégias de cooperação e decisão intermunicipal
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a qualidade do espaço público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despesas municipais na qualificação do espaço público ▪ Percentagem de área com um uso não qualificado em solo urbano
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar os esforços de revitalização urbana 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Medidas para requalificação do comércio tradicional ▪ Percentagem do orçamento municipal afeto a iniciativas de revitalização urbana

FCD#1: Identidade Territorial	
Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a atratividade dos equipamentos e infraestruturas de recreio e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de equipamentos e infraestruturas que suportam atividades socioculturais e lúdicas
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as iniciativas turísticas em meio rural relativamente à sua viabilidade económica, ambiental e de enquadramento paisagístico com o meio rural envolvente 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural e respetiva associação a produtos agrícolas e florestais
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar os efeitos das estratégias de contenção da dispersão urbana na região e controlar a extensão e dispersão de novas ocupações em espaço urbano e rural 	<ul style="list-style-type: none"> Densidade de ocupação fora dos perímetros urbanos Novos licenciamentos fora dos perímetros urbanos Área ocupada fora dos perímetros urbanos
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a multifuncionalidade da atividade agro-florestal, orientada para a promoção da economia rural e para a diversidade de atividades, benefícios e agentes, promovendo a figura de empresário rural 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução de atividades valorizadoras do espaço rural (e nº de atividades do sector primário certificadas se ocorrerem)

FCD#2: Valorização Ambiental	
Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a implementação da EEM bem como a sua articulação com a rede ecológica supramunicipal (ERPVA) 	<ul style="list-style-type: none"> Área verde concretizada, por classe de espaço verde Densidade espaços verdes Variação da capitação de espaços verdes
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a implementação dos sistemas de recolha seletiva de RSU 	<ul style="list-style-type: none"> Proporção da população servida por sistemas de recolha seletiva de RSU Quantidade de resíduos urbanos recolhidos, por tipo de recolha e tipo de destino
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a demolição das áreas industriais desativadas cuja reconversão não é viável 	<ul style="list-style-type: none"> Área associada a solos contaminados/descontaminados
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução da ocupação de zonas ambientalmente sensíveis 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da proporção de área de Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN) edificada
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a implementação de sistemas agrícolas e florestais com particular interesse para a manutenção de serviços dos ecossistemas 	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de empresas agrícolas e florestais com modos de produção sustentável e que contribuam para a otimização dos serviços dos ecossistemas
<ul style="list-style-type: none"> Conter e reduzir os níveis de exposição da população ao ruído ambiente exterior 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da população exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite

FCD#3: Recursos Hídricos	
Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a evolução dos recursos hídricos para consumo ▪ Monitorizar o cumprimento das metas dispostas nos documentos sectoriais estratégicos ▪ Monitorizar a pressão sobre a disponibilidade dos recursos hídricos ▪ Monitorizar a resposta do abastecimento à variação da procura ▪ Monitorizar a evolução do reforço no saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evolução da origem e qualidade da água para consumo humano ▪ Evolução da qualidade das águas superficiais e subterrâneas ▪ Captação de água subterrânea e superficial / ▪ Variação do Consumo de água ▪ Eficiência dos sistemas de abastecimento de água ▪ População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar o papel da componente de saneamento na qualidade ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais / Reutilização de água residuais tratadas / Produção e destino final de lamas em estações de tratamento de águas residuais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar os esforços na preservação e valorização dos recursos hídricos ▪ Monitorizar a ocupação de zonas de risco de cheia ▪ Monitorizar a evolução da disponibilidade dos recursos hídricos face às alterações climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento e despesa em preservação ambiental de sistemas de água doce ▪ Área edificada em zonas de risco de cheia ▪ Níveis de recarga dos aquíferos ▪ Níveis de armazenamento nas albufeiras

FCD#4: Capital Humano	
Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar as carências ao nível dos equipamentos de ensino ▪ Monitorizar a integração entre a formação e as necessidades locais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de ocupação dos equipamentos de ensino ▪ Variação do número de cursos de formação profissional existentes no Concelho e taxa de atendimento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a capacidade da dinâmica empresarial concelhia na geração de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Variação das taxas de atração e repulsão ▪ Variação da taxa de desemprego (curta e longa duração) ▪ Colocação no concelho ▪ Variação da estrutura do emprego por sectores ▪ Taxa de utilização dos recursos humanos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar os esforços na valorização da Investigação e Desenvolvimento (I&D) ▪ Monitorizar as condições para a prática de desporto e sua atratividade para a população 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Variação da despesa em I&D ▪ Prática de desporto (áreas para fins desportivos, nº de membros em associações desportivas)

FCD#4: Capital Humano	
Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as carências ao nível da saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade de centros de saúde e hospitais Variação do número de consultas nos centros de saúde e suas extensões por habitante Número de médicos por mil habitantes Despesa total com a saúde

FCD#5: Mobilidade e Energia	
Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a qualidade da oferta de transportes coletivos 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo de deslocação por meio de transporte
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o recurso ao transporte individual 	<ul style="list-style-type: none"> Veículos em circulação Intensidade de tráfego
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a atratividade do transporte coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> Repartição modal transportes individuais - transportes coletivos no Concelho / Relação oferta/procura de transportes coletivos (rodoviário e ferroviário) Variação da Repartição modal nas deslocações no concelho e de entrada e saída
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as emissões de gases com efeitos de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> Emissões de CO₂ por setor de atividade económica e por unidade de Produto Interno Bruto (PIB)
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a eficiência energética em vários sectores 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do consumo de energia elétrica por habitante e por sector de atividade Variação do consumo de energia em edifícios e iluminação pública
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar os esforços para o cumprimento das metas existentes 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas municipais para a eficiência energética e promoção de fontes de energia renovável
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a valorização das áreas florestais como sumidouros de carbono 	<ul style="list-style-type: none"> Área florestal com potencial de sequestro de carbono
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a promoção da utilização das fontes de energia renovável 	<ul style="list-style-type: none"> Potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável Utilização efetiva de energias renováveis no município

12. CONCLUSÃO SOBRE O DESEMPENHO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE DO PDM DE TOMAR

Na proposta de plano do PDM do concelho de Tomar encontram-se estratégias capazes de gerar grandes oportunidades ao nível da criação de dinâmicas territoriais conducentes ao controlo da dispersão urbana, à estruturação territorial e à atratividade económica do concelho, ancorada no IPT e nos recursos naturais e culturais do concelho. Promove um desenvolvimento urbano mais compacto, racional e qualificado, que explora as economias de aglomeração, bem como a dinamização do espaço rural e valorização do potencial endógeno das comunidades rurais.

Acresce ainda a preocupação em dotar o concelho de infraestruturas de drenagem e saneamento, fortemente motivadas quer pelos riscos de inundação que caracterizam o concelho de Tomar, quer pela deficiente qualidade das águas superficiais e subterrâneas decorrentes de sistemas de saneamento ineficientes ao longo de vários anos, associada ao padrão de ocupação fortemente dispersa. Assim, valoriza os recursos hídricos como fonte de benefícios socioeconómicos e melhora a proteção da integridade física dos solos. Promove ainda o tratamento, valorização e aterro de resíduos de construção e demolição. O PDM adota assim estratégias e soluções que dão resposta a problemas fundamentais do concelho.

De referir ainda uma preocupação com as condições de mobilidade interna do concelho, e da cidade de Tomar, adotando medidas conducentes à minimização dos congestionamentos, em particular o desvio de tráfego de pesados dos centros urbanos. Igualmente, no sector dos equipamentos de saúde, verifica-se um esforço no sentido de tornar mais equitativo ao acesso da população com diferentes necessidades de deslocação.

No entanto o PDM é omissivo, ou insuficiente, no tratamento de alguns problemas igualmente relevantes, o que pode vir a determinar riscos importantes para o ambiente e a sustentabilidade do concelho. Destacam-se em particular a questão dos alojamentos não clássicos e a resolução de outras situações evidentes de passivo ambiental, associadas a poluição difusa, decorrentes de uma atividade agrícola. As situações referentes ao passivo ambiental, associadas a indústrias obsoletas, cuja reutilização pode ser prejudicada pelas condições de contaminação ambiental resultantes de uma anterior utilização de carácter fortemente poluente, encontram-se salvaguardadas através da classificação do solo como Espaços de Atividades Económicas, cuja ocupação deve contribuir para a sua qualificação funcional e formal. No que respeita à poluição difusa decorrente da presença disseminada de

soluções individuais precárias como as fossas sépticas, será devidamente sanada através da cobertura total de saneamento básico no concelho de Tomar.

Existe igualmente um risco de fragmentação do território rural, já de si fortemente fragmentado, decorrentes do desenvolvimento de algumas infraestruturas viárias, várias atividades e áreas empresariais associadas a núcleos rurais, visto que estão ausentes critérios de sustentabilidade para esse tipo de novas ocupações. O risco é de continuidade da desestruturação dos espaços e perda de legibilidade dos mesmos. A qualidade do espaço público recebe pouca atenção o que pode incorrer em situações de maior afetação da qualidade do ambiente urbano, e do ambiente das novas áreas empresariais, com consequências nomeadamente para a saúde humana. Em particular, o aumento das deslocações contribui para o aumento das emissões com consequências para a qualidade do ar e ruído.

Uma estratégia a reforçar prende-se com as soluções de mobilidade leve e uma rede de transportes públicos adaptados aos espaços rurais como alternativa ao transporte individual. Apesar de referida a preocupação em promover o transporte público, as soluções apontadas não são de modo nenhum competitivas face à oferta em termos de transporte individual. Com efeito, as dificuldades de concretização das soluções de mobilidade e acessibilidade apresentadas pelo PDM podem não conseguir compensar o transporte individual, o que contraria todas as tendências internacionais e mesmo nacionais nesta matéria.

No domínio da energia regista-se outra área de forte ausência estratégica neste PDM já que são desvalorizados os recursos energéticos endógenos, não existindo uma estratégia municipal para a energia sustentável. O que se torna crítico face ao crescimento esperado em termos de novas atividades, que vão fazer disparar o consumo energético já de si elevado no contexto sub-regional. Refira-se associada a esta questão a ausência também de qualquer estratégia específica para as alterações climáticas que permita contrapor medidas de mitigação de emissões e medidas de adaptação, face às vulnerabilidades existentes no concelho, para além das medidas de redução do risco de cheia já referidas como oportunidades. No que respeita à compatibilidade de usos e atividades, o Plano, em cada categoria de espaço, interdita as ocupações e as utilizações incompatíveis com os usos dominantes, podendo consistir em medidas de salvaguarda destinadas a garantir: (i) a integração visual e paisagística dos empreendimentos, instalações ou atividades em causa, nomeadamente através da criação de cortinas arbóreas e arbustivas dentro do perímetro das parcelas que lhe sejam adstritas, ao longo das suas extremas; (ii) o controlo dos efluentes e de quaisquer outros efeitos nocivos

sobre as condições ambientais; (iii) a segurança de pessoas e bens, quer no interior das áreas adstritas ao empreendimento ou atividade, quer nas áreas da envolvente exterior com que a atividade possa interferir; (iv) a não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e a segurança da circulação nas vias públicas de acesso aos empreendimentos ou atividades situadas nas suas proximidades; e (v) a limitação ou compensação de impactes sobre as infraestruturas.

Através de vários elementos do Plano (regulamento, programa de execução e plano de financiamento e indicadores de monitorização do Plano), verificaram-se as seguintes medidas de execução, por cada linha de orientação estratégica, que vão dar garantia à eficácia do PDM:

- **Dinamização económica:**

Procurando a dinamização do destino turístico - Tomar, é proposto que a definição da AVT do concelho considere a globalidade do seu território excluindo as áreas de solo urbano e os usos incompatíveis com a atividade turística. Deste modo possibilita-se flexibilidade relativamente às iniciativas que venham a surgir no concelho.

A criação de novos conjuntos turísticos (*resorts*) fora dos perímetros urbanos obedece ao modelo de núcleos de desenvolvimento turístico (NDT), sujeita a concurso público, cujo programa de concurso definirá a fixação dos fatores e sub-fatores a ter em linha de conta no processo de avaliação das propostas, designadamente no que se refere à inserção territorial, integração paisagística e qualidade urbanística e ambiental. Para a instalação desses NDT são estabelecidos, de acordo com as orientações do PROT-OVT, os respetivos parâmetros urbanísticos.

Foram identificados os valores naturais e culturais mobilizáveis para o turismo e estabelecidas formas de proteção de elementos patrimoniais não classificados em diversos locais do concelho, complementando a atual predominância da cidade em termos patrimoniais. A integração destes elementos na formação de produtos turísticos deverá envolver a colaboração de vários *stakeholders*, nomeadamente na criação de roteiros, espaços de apoio e estruturas de dinamização.

Com o objetivo de captar novos investimentos articulados com o IPT, e de modo a aproveitar o papel catalisador que este representa para a região no que toca à capacidade de inovação, o Plano propõe a delimitação de um espaço para o desenvolvimento do *Campus* da Inovação junto ao IPT. Pretende-se que este espaço constitua uma alavanca

para a promoção de iniciativas empresariais inovadoras com origem na escola e que promova a sua articulação com o tecido empresarial regional e a instalação de novas empresas no concelho.

Procurando também o aumento da capacidade de atratividade para a fixação de empresas no concelho, são redelimitadas as áreas de atividades económicas existentes, propondo-se a alteração das regras relativas aos usos admissíveis e ainda orientações para a requalificação dos espaços já existentes. Neste domínio, são também propostas novas áreas de instalação de atividades económicas de carácter estruturante e com áreas generosas, e pequenas áreas de localização empresarial.

O desenvolvimento da economia social no concelho traduz-se na proposta de criação de novas unidades de equipamentos sociais. Através da estimativa das carências de oferta de equipamentos por cada unidade territorial centrada nos Centros Concentradores de Equipamentos, determinou-se a necessidade de até 16 novos Equipamentos de Apoio a Idosos e 6 ou 7 Creches. Estas propostas, para além de procurarem o desenvolvimento da economia do concelho, contribuem para a criação de pequenas centralidades nas freguesias rurais, melhorando a qualidade de vida da população e diminuindo a dependência das freguesias rurais face à sede de concelho.

- **Estruturação da mobilidade**

Procurando a definição de uma hierarquia rodoviária que evidencie a estrutura das áreas urbanas e clarifique o sistema de acessibilidades, foram estabelecidos 5 níveis hierárquicos da rede viária não urbana, em articulação com a hierarquia da rede viária urbana. Para cada um dos níveis são propostos perfis transversais tipo que orientam a construção de novas vias e as intervenções nas vias existentes. Propõe-se ainda perfis distintos para as vias que atravessam os aglomerados, enquadrando a sua função urbana.

De modo a salvaguardar o funcionamento da hierarquia da rede viária, a delimitação de solo urbano nas faixas marginais das vias integradas na Rede Municipal Principal e Secundária tem genericamente carácter excepcional. Propõe-se ainda a reserva de espaços canais para a criação de vias alternativas ao atravessamento de aglomerados, nomeadamente em Casais, Paialvo, Serra e Soianda.

Com o objetivo de garantir ligações adequadas do concelho de Tomar e da cidade à rede rodoviária supramunicipal propõe-se a criação de um novo acesso à cidade de Tomar, a

partir de um novo nó no IC3/A13, a criar entre os nós existentes de Santa Cita e de Valdonas, associado à proposta de duas vias circulares distribuidoras do tráfego na cidade (englobando vias existentes e novas vias). Esta proposta procura resolver os problemas decorrentes da excessiva estrutura radial da rede e salvaguardar os aglomerados periurbanos da cidade de Tomar do tráfego automóvel.

Neste âmbito, prevê-se ainda a criação de uma alternativa ao atravessamento de Valdonas, que integrará a via preferencial de ligação entre a Cidade e a albufeira de Castelo do Bode, bem como poderá constituir-se na principal opção de acesso à cidade de Tomar, caso a solução anteriormente referida não se concretize.

- **Estruturação do espaço urbano e do espaço rústico**

Com vista à consolidação da cidade de Tomar, a acrescer às propostas referentes à rede viária já abordadas, que para além da função de estruturação da mobilidade contribuem também para a estruturação do espaço urbano, é qualificado como Espaço Central toda a área consolidada da Cidade, reconhecendo e reforçando o seu papel de centro polarizador do concelho e da região. O Espaço Central abrange ainda a área das Avestadas. Não obstante os compromissos urbanísticos (Plano de Pormenor das Avestadas, para o qual se propõe a conversão em Plano de Urbanização) que incidem sobre esta área, perspetiva-se que aqui possam ser integradas novas procuras, nomeadamente atividades comerciais e ainda que, tal como já está previsto no PP em vigor, possam surgir novos equipamentos. O Plano também considera a revisão dos PP do Açude da Pedra e do Flecheiro e Mercado.

Procurando a qualificação da coroa periurbana da cidade, propõe-se a criação de Centros Locais nos aglomerados periurbanos envolventes do núcleo central, nos quais se incentiva a instalação de comércio e serviços. Esta proposta visa ainda a consolidação dos conjuntos habitacionais periurbanos, através do fomento à concentração do edificado nas áreas em que se regista uma maior densidade de construção.

Pretende-se também a consolidação dos restantes aglomerados. Para tal foi desenvolvida uma metodologia de cálculo das áreas de colmatação dos aglomerados (a partir da delimitação de áreas urbanas consolidadas) que potencia o desenvolvimento dos que possuem melhor dotação de equipamentos, infraestruturas e serviços à população. O melhor aproveitamento de infraestruturas existentes em detrimento da expansão de redes constituiu também um critério para a definição dos perímetros urbanos.

Relativamente ao controlo da dispersão da edificação em espaço rural, propõe-se, em consonância com o previsto no PROT-OVT, a interdição da construção fora dos aglomerados delimitados, excetuando casos na linha de orientação do PROT-OVT.

Procurando a revitalização do centro histórico da cidade de Tomar e de outros aglomerados é proposta a requalificação da Várzea Grande e da sua envolvente e identificados, no âmbito das propostas sectoriais relativas aos Valores Culturais, os aglomerados com relevância histórica e arquitetónica, para os quais deverão ser promovidas áreas de reabilitação urbana.

- **Valorização ambiental e da paisagem**

Procurando a resolução de situações de disfunção ambiental foram consideradas, na delimitação dos aglomerados, as zonas ameaçadas por cheias, assim como as valências ambientais, que originaram a definição de espaços agrícolas, espaços florestais e espaços naturais. Quanto a possíveis alterações às implantações em áreas de risco de cheia, o Plano reforça a aplicação do regime jurídico da REN, que possui regras específicas para as áreas consolidadas dos aglomerados em zonas ameaçadas pelas cheias.

Com vista à valorização do património natural e construído propõe-se a criação de corredores ecológicos que materializam a Estrutura Ecológica Municipal Estratégica, tendo como suporte fundamental o sistema fluvial e garantindo a sua continuidade e a integração dos sistemas agroflorestais. Foram ainda identificados elementos patrimoniais em espaço rural e propostas medidas de proteção. Para o Complexo dos Templários propõe-se a definição de categorias específicas de solo, promovendo a sua proteção e valorização.

Relativamente à qualificação da paisagem, perspetiva-se a proteção e conservação dos corredores ribeirinhos através da manutenção das galerias ripícolas que estabelecem elemento de continuidade e contraste na paisagem e da sua integração na EEM. A definição de medidas de restrição da edificação dispersa na paisagem, referida na 3ª linha de orientação estratégica, contribui também para a qualificação da paisagem.

Ao longo da AAE procurou-se responder a 13 perguntas estratégicas identificadas no início da avaliação, registando-se o resultado obtido para cada uma destas perguntas (Quadro 3).

Quadro 3. Desempenho do PDM para as 13 questões estratégicas da AAE
(RA AAE PDM Tomar 22 Dezembro 2010)

Estratégia	Objetivo	Desempenho do PDM Tomar
1. Estratégia para os Recursos Naturais	Valorizar os recursos naturais do concelho, designadamente a floresta (fileira da madeira), a albufeira de Castelo de Bode e as áreas naturais protegidas, enquanto âncoras para atividades económicas e sociais compatíveis?	A estratégia reforça a valorização dos recursos naturais, através da aposta no Turismo Natureza e nas indústrias agroflorestais com modelos de produção sustentáveis.
	Ligar em rede valores naturais e culturais como suporte de atratividade de atividades económicas, designadamente o turismo?	Boa estratégia através da criação de percursos turísticos em rede dos valores naturais e culturais do concelho.
2. Estratégia para valorização dos SE	Manutenção da biodiversidade e valorização dos serviços dos ecossistemas?	Muitas iniciativas por coincidência promovem a valorização dos Serviços dos ecossistemas, mas não existe uma estratégia objetiva. Aliás outras medidas ou iniciativas afetam os Serviços dos ecossistemas
3. Estratégia para o Turismo	Estabelecer o turismo como alavanca central da sustentabilidade do concelho de Tomar?	Forte aposta no turismo como motor de desenvolvimento do concelho e valorização do seu património natural e cultural.
4. Estratégia coesão social	Assegurar a coesão social e a inclusão de minorias étnicas e outros grupos sociais desfavorecidos?	Inclusão social abordada em algumas questões que envolvem a Habitação Social mas apenas do ponto de vista de espaço público e vivência. Ausência de medidas mais concretas para a inclusão social e para a formação profissional.
5. Estratégia para as AC	Redução das vulnerabilidades territoriais às alterações climáticas através de medidas de adaptação territoriais e de gestão de recursos hídricos?	Redução da vulnerabilidade aos riscos de cheia na delimitação dos aglomerados mas sem estratégia explícita para adoção de medidas de adaptação e mitigação às das alterações climáticas.

Estratégia	Objetivo	Desempenho do PDM Tomar
6. Estratégia para a Mobilidade	Redução das emissões de CO ₂ , designadamente através da redução da dependência do Transporte individual, transferência modal e adoção de modos suaves de transportes (ex. modos cicláveis e pedonais)?	Iniciativas para a mobilidade incluem sistema de transportes coletivos mas não salvaguardam a sua concretização, sobretudo face ao risco de aumento do Transporte individual. Sem estratégia de mobilidade sustentável.
	Mobilidade intermunicipal e aproveitamento de infraestruturas existentes (ex. ferroviária)	Existência de propostas ao nível da mobilidade intermunicipal e municipal, e rede ferroviária existente mas sem mecanismos de concretização.
7. Estratégia para Energia	A eficácia energética ao nível municipal (incluindo equipamento, edificado e serviços municipais)? Aumento da utilização de energia renovável?	Ausência de uma política energética nas vertentes do aumento da eficiência energética e aproveitamento de fontes de energia renovável.
8. Estratégia para Estruturação Territorial	Polarização urbana e reforço das centralidades, favorecendo a acessibilidade às novas centralidade e equipamentos de proximidade?	Definição de uma hierarquia urbana. Promove o desenvolvimento dos aglomerados com melhor dotação de equipamentos, infraestruturas e serviços.
9. Estratégia para o Centro Histórico	Revitalização do centro histórico, valorização do património cultural edificado e identidade municipal?	Construção de novos fogos no centro histórico, captação de novas atividades de comércio e constituição de uma entidade com a função de dinamizar a revitalização do centro histórico.
10. Estratégia para áreas urbanas obsoletas	Reordenamento das áreas urbanas obsoletas, degradadas e descaracterizadas, incluindo a zona de ocupação dispersa periurbana?	Não define claramente uma estratégia, mas revê limites dos aglomerados e interdição da construção fora dos perímetros urbanos.
11. Estratégia para Espaço Rural	Valorização e edificação em espaço rural, e recuperação da identidade rural do concelho?	Iniciativas para a valorização económica do espaço rural, contudo ausência de resposta para a edificação dispersa já existente nestes espaços.

Estratégia	Objetivo	Desempenho do PDM Tomar
12. Estratégia para áreas industriais	Resolução das situações de passivo ambiental e recuperação de áreas industriais obsoletas?	Estratégia para o reaproveitamento de áreas industriais obsoletas mas sem resolver o passivo ambiental e salvaguardar a sua sustentabilidade.
13. Estratégia para a Governança	<p>Assegurar a governança municipal numa base integrada com os diferentes níveis de gestão autárquica e com os sectores?</p> <p>Utilizar o IPT como âncora de desenvolvimento económico e social em Tomar (ex. articulação CMT e IPT, medidas de governança)?</p>	<p>Identificação de medidas concretas para governança a nível municipal. Identificação de uma entidade <i>object oriented</i> para vários fins.</p> <p>Destaque de uma entidade <i>object oriented</i> a criar que promova as potencialidades do IPT, nomeadamente na sua articulação com as atividades económicas.</p>